



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Relatório de Informações Gerenciais
Setorial (RIGER)
ANUAL - 2023
SGPCF**

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL - 2023 SECRETARIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)	
	Período de Referência: ANUAL DE 2023	Emitido em: JANEIRO DE 2024

Aprovado por:
Secretário Geral da SGPCF

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS	3
2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	5
3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS ..	9
4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS.....	12
5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	12
6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO	14
7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE.....	15
8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS.....	17
9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS	18
10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS	20
11. ANEXO II – PLANILHAS DOS INDICADORES OPERACIONAIS	21



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS (do mês de referência)

ORÇAMENTO E FINANÇAS		ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2023 (PROVISÓRIO)
Fonte: SGPCF		
<u>ORÇAMENTO (2023):</u>		
Fonte 100 (TJ):	R\$	4.863.986.000,00
Fonte 230 (TJ):	R\$	655.901.192,99
Fonte 232 (FETJ):	R\$	1.376.133.000,00
Fonte 100 (FETJ):	R\$	206.976,00
Fonte 230 (FETJ):	R\$	291.686.807,01
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	74.607.634,66
<u>DESPESAS (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2023)</u>		
Fonte 100 (TJ):	R\$	4.857.439.152,17
Fonte 230 (TJ):	R\$	655.003.342,63
Fonte 232 (FETJ):	R\$	1.077.278.438,60
Fonte 230 (FETJ):	R\$	212.056.217,68
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	69.351.329,29
<u>RECEITA (TOTAL ATÉ DEZEMBRO/2023)</u>		
Fonte 100 (TJ):	R\$	4.857.439.152,17
Fonte 230 (TJ):	R\$	1.254.595.578,63
Fonte 232 (FETJ):	R\$	1.921.356.904,13
Fonte 230 (FETJ):	R\$	245.206.139,53
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	74.398.155,22
<i>Fonte 100 (TJ): Não há apropriação de receita, apenas transferência do Tesouro para pagamento da Folha de Ativos do TJERJ. São recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos. O Rio Previdência realiza o pagamento da folha de inativos.</i>		
<i>Fonte 232 (FETJ): Fundo Especial do Tribunal de Justiça.</i>		
<i>Fonte 232 (FUNARPEN): Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais.</i>		
<i>Fonte 230 (TJ): Recursos Próprios.</i>		
OBS 1: Os valores referentes ao Orçamento se referem aos aprovados pelo Ato Executivo Nº 07/2023 publ no DJE em 15/02/2023, fls 04 a 09.		
OBS 2: Ato Executivo Nº 208/2023 publ no DJE de 19/10/2023, fls 17 e 18 alterou o QDD do TJ e do FETJ face a Lei 10.125 (que dispõe sobre o FETJ) publicada no DOERJ de 03/10/2023 e que revogou a Lei 2.524/96(Lei anterior do FETJ).		



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PESSOAL

Fonte: SGPCF-ASTEC



- **Despesa Líquida com Pessoal** (Fonte 1.500.100): R\$ 4.180.151.110,96 (publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre de 2023)
- **Receita Corrente Líquida** - RCL: R\$ 84.873.412.855,17 (publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre de 2023)
- **% Limite de Gastos com Pessoal**: 4,93% (publicado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre de 2023)
- Obs: Para o cálculo da Despesa Líquida com Pessoal, a partir do RGF do 3º quadrimestre de 2021 foi incluída a Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados. Portanto, do total apurado de R\$ 4.180.151.110,96, R\$ 3.788.392.341,67 correspondem à Despesa Líquida com Pessoal Ativo e R\$ 391.758.769,29 correspondem à Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados.
- Custo da Prestação Jurisdicional (por processo): R\$ 2.531,42
- (Período: Dezembro/2022 - Novembro/2023)
- OBS: Trata-se do custo unitário por processo, que considera a razão do custo total do PJERJ pela quantidade de processos judiciais baixados em um período de doze meses, contemplando o mês de referência e os onze imediatamente anteriores. Fonte: GRP-CUSTOS.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS (planejamento e resultado acumulado até o período de referência do relatório)

O Projeto Estratégico visa a implantação do GRP – Government Resource Planning, uma ferramenta de suporte integrado às gestões de orçamento, finanças e de contabilidade, envolvendo o planejamento, bem como o controle das ações planejadas, quer no âmbito da execução orçamentária (as mutações do orçamento), quer no âmbito da execução financeira (acompanhamento da evolução das receitas e despesas), além de permitir a prospecção de cenários; a execução financeira em todas as suas fases; e a realização das ações e lançamentos contábeis pertinentes e a contabilidade de custos.

Iniciado em 2019, foi severamente afetado por fatos supervenientes advindos do quadro pandêmico da COVID19. Sendo necessário um termo aditivo ao contrato alterando-se o cronograma de execução em 2020, em 2021, em 2022 e, por último em 2023, haja vista a necessidade de novo realinhamento dos prazos para finalizar o serviço de implantação do novo sistema.

Importante registrar que alguns riscos não identificados durante os levantamentos iniciais para concepção do projeto contribuíram para que a virada de chave entre os sistemas SOF e GRP tivesse sua data postergada com o fito de evitar solução de continuidade.

Ressalte-se que incidentes operacionais durante a parametrização das funcionalidades do sistema, afetas as etapas 1, 2 e 3, com os processos de trabalho das áreas de negócio impactaram a execução do cronograma de implantação. Neste cenário as medidas adotadas evitaram solução de continuidade e permitiram o cumprimento das obrigações legais sob a responsabilidade da SGPCF. Entretanto, o efeito colateral foi o não cumprimento das atividades previstas no cronograma para julho de 2023, sendo necessário a reunião entre todas as áreas de negócio da DGPCF, EMERJ e a contratada



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Pólis-Thema para alinhamento da Etapa 4 do serviço de implantação do GRP e funcionalidades que ainda não foram validadas.

Com a aprovação, pela atual administração, da continuidade do projeto estratégico verifica-se que o percentual de execução apurado no sistema GRP está em 41% do projetado para o biênio 2023/2024.

Após deliberação pela equipe de implantação do projeto e aprovação do Secretário Geral as seguintes ações foram executadas:

- 1 – Revisão do cronograma de execução do serviço de implantação, no que tange aos levantamentos dos requisitos da etapa 4 e validação de funcionalidades, com agendamentos presenciais junto as áreas de negócios;
- 2 – Revisão do cronograma de execução do serviço de implantação, com a inclusão de planejamento, homologação e produção de funcionalidades da DIGEF identificadas no início e durante a execução do cronograma;
- 3 – Impulsionamento de novo aditivo para executar as ações necessárias para entrega dos requisitos funcionais definidos pelas áreas de negócios da SGPCF, tramitando no SEI n.º 2023-06075797;
- 4 - Realinhamento das datas do cronograma operacional, haja vista que a conclusão da etapa 4 prevista para 13/12/2023 foi realinhada em face a prorrogação do contrato vigente por 12 meses para entrega e validação das funcionalidades da etapa 4 do cronograma de execução
- 5 - Informação ao Agente Administrativo do contrato relatada no REMAC – Janeiro a Maio de 2023, no que tange a inconsistências recorrentes na operação do sistema;
- 6 – Aperfeiçoamento do Protocolo de Crise para incidentes de indisponibilidade do sistema;
- 7 – Monitoramento das reuniões técnicas e intervenções pontuais para solucionar pendências e não conformidades identificadas pelos usuários do GRP nas áreas de negócio do TJERJ, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas;



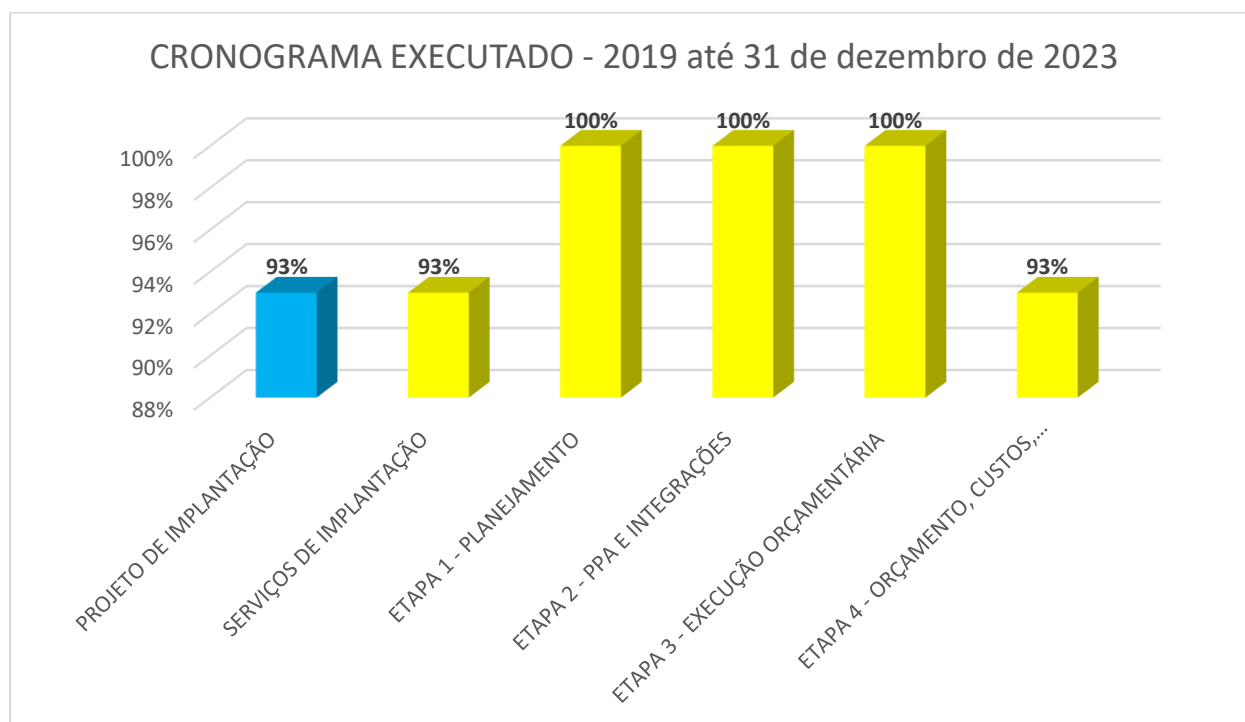
ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8 - Postergação da Implementação da metodologia de riscos 2.^a fase para o segundo semestre de 2024, atualização das RADs e adequação dos processos de trabalho das áreas de negócios a critério do gestor e ou até o término da implantação do sistema GRP.

9 - Aumento do esforço de trabalho presencial da contratada Pólís, que sem ônus para o contrato aumentou o efetivo de colaboradores de suporte técnico para atuarem na operação assistida, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas;

10 - Desligamento do SOF em 29/04/2022 (entrada em produção da Solução para Consultas de dados legados SOF no GRP);

No gráfico a seguir verifica-se os percentuais de cumprimento do cronograma desde o início do projeto até 31/12/2023.



***As etapas em amarelo são as mais impactadas em face as restrições da pandemia e estão sob rígido monitoramento para cumprimento do ajuste.**



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) - ANUAL 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
Modernização da Gestão Fiscal do PJERJ- Continuação (Processo TJ nº 160.136/ 2016)	100%	41%	ANÁLISE CRÍTICA 1 - Alterações no cronograma em face a PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL por 12 meses a contar do término previsto no contrato vigente. Processo TJ nº 160.136/2016 (SEI N.º 2021-0666600). 2 - Em face a prorrogação excepcional alguns itens serão remanejados para o exercício de 2024 em conformidade com o cronograma de prorrogação; 3 - Proposta de Contrato Novo em substituição ao Processo TJ nº 160.136/2016 (SEI N.º 2021-0666600) AÇÃO GERENCIAL 1 - Tramitando através do Processo TJ nº 160.136/2016 (SEI N.º 2021-0666600); 2 - Aguardando a FORMALIZAÇÃO da prorrogação para executar o remanejamento de itens não conclusos em 2023; 3 – Abertura de SEI 2023-06066397, tramitando; 4 - Postergação da Implementação da metodologia de riscos 2.ª fase para primeiro semestre de 2024, atualização das RADs dos processos de trabalho das áreas de negócios até o término da implantação do sistema GRP. 5 - Programado treinamento para ASPLO E ASTEC na segunda quinzena de janeiro de 2024.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

3.1 Em alinhamento a Matriz de Indicadores Estratégicos do PJERJ (Anexo III) da Resolução TJ/OE/RJ nº 12/2021 que foi revisada pelo Ato Executivo nº 93/2023, a SGPCF definiu os indicadores a seguir:

INDICADORES ESTRATÉGICOS					
Indicador Estratégico – Índice de Execução do Orçamento Estratégico (Ato Executivo TJ N° 93/2023)					
Perspectiva: Aprendizado e Crescimento					
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira					
Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ					
Tipo de Indicador	Desempenho	Unidade Responsável		SGPCF/ASPLO	
Periodicidade	Semestral				
Ano	Resultado				Meta
	2020	2021	2022	2023	2023
Valor	44,12%	39,75%	76,91%	51,08	80%
Indicador Estratégico – Índice de Execução do Orçamento de Custeio (Ato Executivo TJ N° 93/2023)					
Perspectiva: Aprendizado e Crescimento					
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira					
Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ					
Tipo de Indicador	Desempenho	Unidade Responsável		SGPCF/ASPLO	
Periodicidade	Anual (início da apuração em janeiro/2024)				
Indicador Estratégico – Índice de Execução do Orçamento de Investimento (Ato Executivo TJ N° 93/2023)					
Perspectiva: Aprendizado e Crescimento					
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira					
Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ					
Tipo de Indicador	Desempenho	Unidade Responsável		SGPCF/ASPLO	
Periodicidade	Anual (início da apuração em janeiro/2024)				



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.2 - TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL – SGPCF

Portaria CNJ nº 57/2023 - Ranking da Transparência do Poder Judiciário - Ano 2023

A SGPCF realinhou os indicadores em função da nova Portaria CNJ nº 57/2023, que estabelece os critérios e os itens que serão avaliados no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, ano 2023, e as unidades orgânicas do Conselho Nacional de Justiça responsáveis por avaliar as informações veiculadas na internet pelo respectivo Tribunal.

Abaixo, apresentamos Relatório enviado ao DEGEP em resposta ao CNJ (*correspondência eletrônica de 20/04/2023*):

Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/plano-diretor-gestao>

Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo I da Resolução CNJ nº 102/2009?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj/2023>

Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj>

A íntegra da lei orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2023>

O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo grau de jurisdição?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2022>

O 'Relatório de Gestão Fiscal'?

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/2022>

A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?

<https://www.tjrj.jus.br/web/guest/valores-pagos-aos-contratados-resolucoes-cnj-n-215-2015-e-265-2018-item-19/2022>

Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além de data, destino, motivo da viagem e valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/resolucao-cnj-n%C2%BA-102-2009>



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Cabe observar que o Portal da Transparência do Tribunal de Justiça, desde fevereiro de 2009 e de acordo com a Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, divulga dados atualizados sobre gestão, financeira, orçamentária e contábil, seguindo assim, a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especificada no âmbito do Judiciário Brasileiro pela Resolução nº 151 do Conselho Nacional de Justiça.

A SGPCF, disponibiliza na página do PJERJ, informações atinentes a sua área de atuação, quais sejam, planejamento, orçamentário, financeiro e contábil, na transparência institucional. As informações estão alinhadas por tópicos, como por exemplo: Relatórios de Execução orçamentária, fiscal, Gestão Fiscal, Pagamento a fornecedores, bem como o Orçamento Anual, Plano de Ação Governamental- PAG, entre outros, que podem ser acessados link abaixo:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/apresentacao>

Cabe ainda mencionar que diversos relatórios da SGPCF estão disponibilizados na Transparência Institucional do PJERJ, entre os quais podemos citar como exemplo os contidos nos acessos relacionados a seguir:

- Execução Fiscal
- Execução orçamentária
- Gestão Fiscal
- Pagamento a Fornecedores – Quadro detalhado ITEM 19)
- Relatório Gerencial
- Resolução CNJ nº 154/2012 – art.4.º
- Resolução CNJ nº 102/2009 – art.3º, VI (DIÁRIAS)
- Resolução CNJ nº 265/2018 (Relatório Previdenciário) – ITEM 32
- LAI- Lei Federal nº 12.527/2011 Art. 8º, § 1º, Inciso II- TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – ART. 9º (ITEM 17-CNJ)



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	

5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

1. Retomada do processamento da informação de custos, por meio da implementação do Módulo de GRP-Custos, passando a informar o custo por processo para o TJERJ em Números. Cabe registrar, também, que foram iniciados os primeiros resultados das apurações de custos das unidades organizacionais do PJERJ em versão consolidada;
2. Monitoramento e gestão contínuos da despesa com pessoal ativo do PJERJ, bem como monitoramento contínuo da despesa com pessoal inativo, com vistas ao respeito aos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
3. Monitoramento contínuo da evolução da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a redução das receitas com Royalties do Petróleo e para as perdas de arrecadação decorrentes da redução de alíquotas do ICMS;
4. Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;
5. Monitoramento dos efeitos gerados pela Taxa Selic com as últimas decisões proferidas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

financia o pagamento dos benefícios a Magistrados e Servidores, subsidiando a Alta Administração com as projeções e os pareceres econômicos correspondentes;

6. Aprimoramento na análise dos processos de aquisição de materiais e de contratação de serviços, sob a ótica da economicidade, com a realização contínua de tratativas junto às unidades do PJERJ envolvidas no planejamento das demandas;
7. Desenvolvimento de um novo relatório de acompanhamento específico para a mensuração do real impacto do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários na Folha de Pagamentos de Servidores do PJERJ, após a sua implementação em novembro de 2022, abordando não só o aspecto financeiro, mas também a variável “quantidade de servidores ativos integrantes do quadro de pessoal do PJERJ”;
8. Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à conversão em pecúnia do saldo de até 90 (noventa) dias de Férias e/ou Licença Prêmio para cada servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, exclusivamente comissionado e requisitado, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;
9. Elaboração de estudos de impacto orçamentário e financeiro relativos à recomposição inflacionária dos benefícios recebidos por servidores e magistrados, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;
10. Elaboração de estudos de impacto orçamentário e financeiro relativos à convocação de candidatos aprovados em Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11. Implementação, em dezembro de 2023, do benefício Adicional de Qualificação em favor dos servidores ativos e inativos aptos ao seu recebimento, após comprovação de viabilidade financeira por meio de estudos detalhados e aprofundados, cuja repercussão financeira poderá ser observada a partir do 3º quadrimestre de 2023;
12. E-Social – em fase de aprimoramento na DITES e DILID;
13. EFD-Reinf (Sped) - em fase inicial de desenvolvimento na DITES e aprimoramento na DILID;
14. DCTFweb – Em fase de aprimoramento na DILID.

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)

- No Projeto Estratégico de Modernização da Gestão Fiscal, temos 03 (três) módulos, na área de Orçamento, para atendimento à SGPCF-ASTEC, a saber: Economicidade, Projeções e Estudo de Impacto. As tratativas relacionadas ao desenvolvimento das funcionalidades vêm sendo realizadas, por meio de reuniões presenciais periódicas com a participação da empresa contratada, cabendo registrar que o contrato será prorrogado por mais um período de 12 meses, a contar de fevereiro de 2024, visando à conclusão do projeto.
- GRP - em implementação na DIEPP e DIGEF.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

A análise de economicidade dos processos de aquisição e de contratação de serviços é uma atividade contínua que tem se mostrado efetiva na busca de uma melhor qualidade do gasto público aliada às boas práticas de gestão.

A experiência construída na instituição tem contribuído na adoção de práticas cada vez mais eficazes, que, em última análise, resultam em aquisições/contratações mais econômicas.

A atuação colaborativa com as mais diversas unidades demandantes, para tratativas e/ou ajustes de metodologias, tem sido importante para um melhor planejamento da despesa.

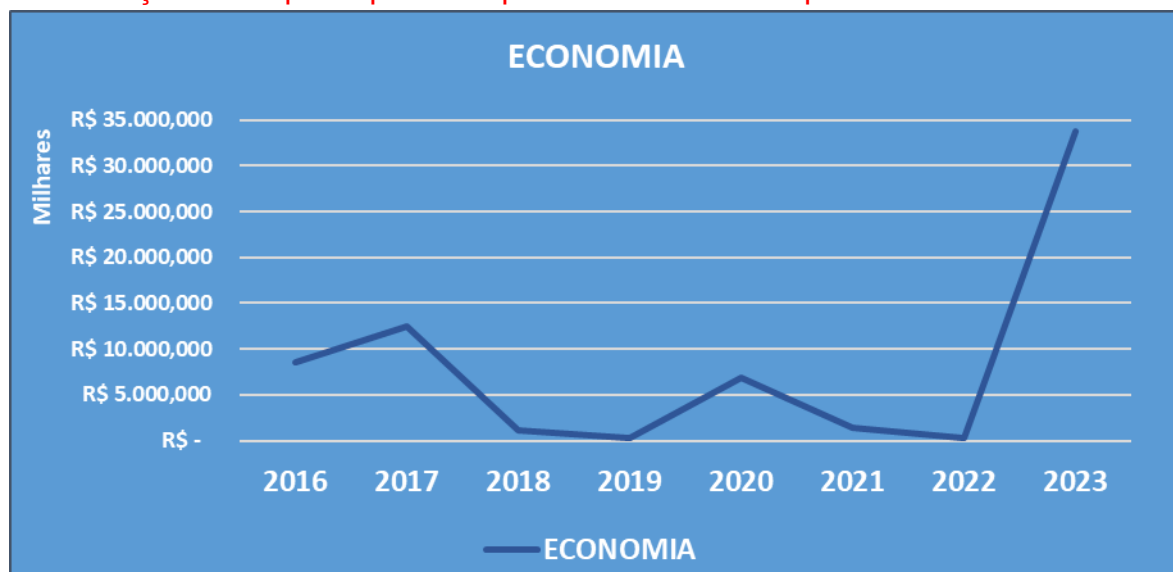
Como destaques de economicidade, apresentamos no quadro abaixo a economia direta alcançada em decorrência de diligências realizadas em processos administrativos no exercício de 2023:

SGPCF-ASTEC				
PROCESSOS PARA ANÁLISE DE ECONOMICIDADE EM 2023				
PERÍODO 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO				
Diligências Realizadas			Redução / Economia	
Quantidade de processos diligenciados *	Valor Agregado (Antes das diligências)	Valor Agregado (Após as diligências)	Valor Total	%
33	R\$ 391.531.909,80	R\$ 357.749.279,25	R\$ 33.782.630,55	8,63%

* Diligências Concluídas

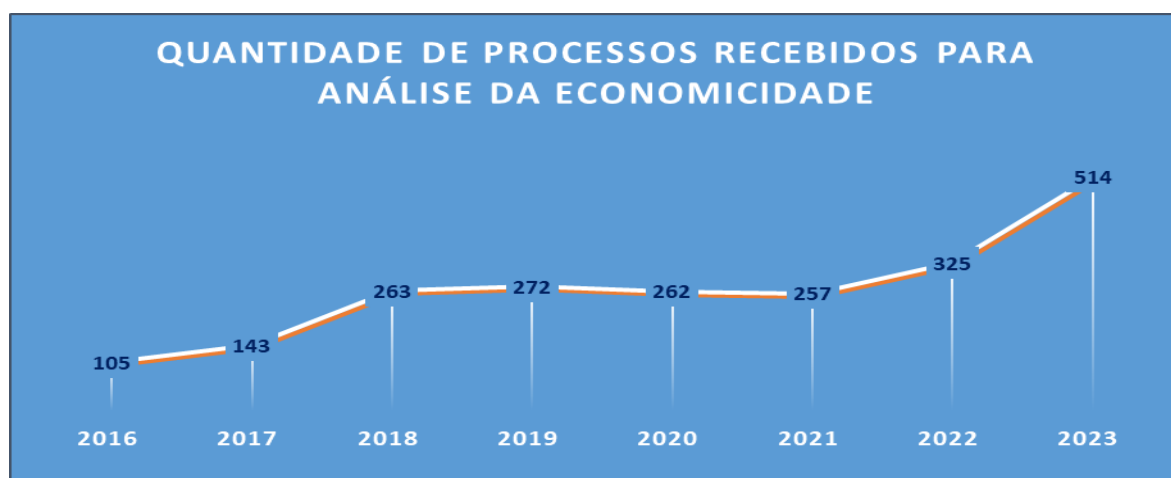
Numa perspectiva histórica, é possível constatar, através gráfico a seguir, a relevância do resultado alcançado no exercício de 2023, no que diz respeito à economia citada no parágrafo anterior:

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.



Cabe salientar que os números acima referenciados expressam tão somente a economia direta, a qual é possível mensurar mediante levantamento dos resultados provenientes das diligências realizadas. Existe, ainda, a economia indireta, a qual não é possível mensurar de maneira concreta, pois ela é fruto do aperfeiçoamento das práticas de gestão e já foi incorporada nas rotinas administrativas das unidades demandantes.

Por fim, a título de ilustração, é possível observar, da análise do gráfico a seguir, que a quantidade de processos submetidos à avaliação de economicidade vem crescendo e atingiu o seu ápice no exercício de 2023, quando registrou uma variação aproximada de 58% em relação ao quantitativo verificado no exercício anterior.





ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
Pessoal	X			Total de trabalhadores no SGPCF-GBPCF: 1 Secretário Geral; 6 Serventuários e 4 Terceirizados. Total de 54 trabalhadores no DEFIN: 1 Diretor Financeiro. 4 Serventuários, 5 terceirizados, 1 estagiário na DIGEF - 6 Serventuários, 10 terceirizados na DITES – 4 Serventuários, 1 terceirizado na DIEPP - 7 Serventuários, 13 terceirizados e 2 estagiários na DILID. Total de trabalhadores no DEGAR: 1 – Diretora do DEGAR. 3 Serventuários, 9 terceirizados na DIPAF – 4 Serventuários, 17 terceirizados na DIARR – 3 Serventuários, 24 terceirizados e 1 estagiário na DICOB Total de trabalhadores no DECON: 1 Diretor Contábil. DICLA: 5 Serventuário, 1 Requisitado e 5 Terceirizados; DIDD: 5 Serventuários; DILAF: 4 Serventuários e 6 Terceirizados; DIPEC: 4 Serventuários e 1 Terceirizado. Total de trabalhadores na ASPLO: 1 Assessor, 1 Comissionado, 5 Serventuários e 1 Terceirizado Total de trabalhadores na ASTEC: 1 Assessor, 5 Serventuários e 2 terceirizados.
Tecnologia da Informação		X		A SGPCF encontra-se atendida em parte, considerando a necessidade de scanners de mesa mais modernos e eficazes, além de impressoras de melhor capacidade, especialmente coloridas.
Infraestrutura	X			

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

Com a reestruturação organizacional aprovada pela Resolução OE n.º 04/2023, a Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças foi transformada em Secretaria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças, sob a sigla SGPCF.

A Secretaria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças tem por missão garantir, de forma eficiente, a gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional. Desse modo, esta Secretaria promoveu medidas que visam ao fortalecimento do Planejamento Orçamentário e Financeiro, bem como à modernização da Gestão Fiscal do PJERJ.

A estrutura da SGPCF conforme art. 426 da resolução retro mencionada passa a ser:

I - **Gabinete**; II - **Assessoria Técnica**; III - **Assessoria de Planejamento e Orçamento**; IV - **Departamento de Gestão da Arrecadação**; V - Divisão de Arrecadação; VI - Serviço de Atendimento ao Usuário; VII - Serviço de Controle Administrativo da Arrecadação; VIII - Serviço de Emissão de Relatórios Gerenciais de Arrecadação; IX - Divisão de Cobrança Administrativa; X - Serviço de Cobrança de Débitos Judiciais; XI - Serviço de Cobranças Administrativas e Extrajudiciais; XII - Divisão de Processamento e Análise Fiscal; XIII - Serviço de Cálculo de Multas e Análise Processual; XIV - Serviço de Controle da Arrecadação de Permissão e Cessão de Uso; XV - **Departamento Financeiro**; XVI - Divisão de Tesouraria; XVII - Serviço de Análise e Conferência; XVIII - Serviço de Processamento do Pagamento; XIX - Serviço de Restituições e Reembolsos; XX - Divisão de Gestão Financeira; XXI - Serviço de Atualização e Acautelamento de Valores; XXII - Serviço de Análise e Recuperação de Recursos; XXIII - Divisão de Conferência e Liquidação da Despesa; XXIV - Serviço de Conferência da Despesa; XXV - Serviço de Cálculo de Tributos; XXVI - Serviço de Liquidação da Despesa; XXVII - Divisão de Elaboração do Plano de Pagamento das Despesas Obrigatórias; XXVIII - Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Recursos; XXIX - Serviço de Cálculo e Atualização de Despesas de Pessoal; XXX - **Departamento Contábil**; XXXI - Divisão de Exame de Prestação de Contas; XXXII - Serviço de Exame da Instrução Processual de Prestação de Contas de Convênio; XXXIII - Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentário-Financeira das Prestações de Contas; XXXIV - Divisão de Análise e Apropriação Contábil; XXXV - Serviço de Apropriação Contábil da Receita e Despesa; XXXVI - Serviço de Apropriação Contábil de Bens Patrimoniais;



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

XXXVII - Serviço de Emissão e Análise da Relatórios Gerenciais; XXXVIII - Divisão de Lançamento da Despesa e Fenômenos Econômicos; XXXIX - Serviço de Lançamento dos Fenômenos Econômicos; XL - Serviço de Lançamento da Despesa e Empenho; XLI - Serviço de Elaboração da Nota de Autorização da Despesa; XLII - Divisão de Análise das Despesas com Pessoal e Despesas Obrigatórias; XLIII - Serviço de Contabilização da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais; XLIV - Serviço de Contabilização de Boletim Bancário.

Importante destacar a criação da **Divisão de Exame de Prestação de Contas** conforme previstos no arts. 460 a 462, haja vista que esta unidade agrega valor à gestão orçamentária alinhada à governança corporativa, ao tratamento dos riscos e ao compliance.

A SGPCF rompe paradigmas ao iniciar uma gestão descentralizada e harmônica tornando seus processos de trabalho mais céleres em conformidade com suas atribuições advindas da Resolução OE n.º 04/2023.

Por fim, apresentamos de proposta de nova cadeia de valor em conformidade com o Ato Normativo n.º 24/2023, descrita no quadro a seguir:





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL – 2023 - SGPCF

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

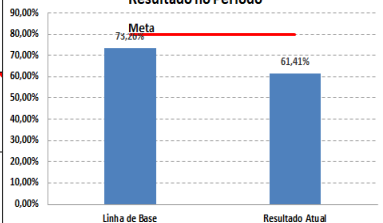
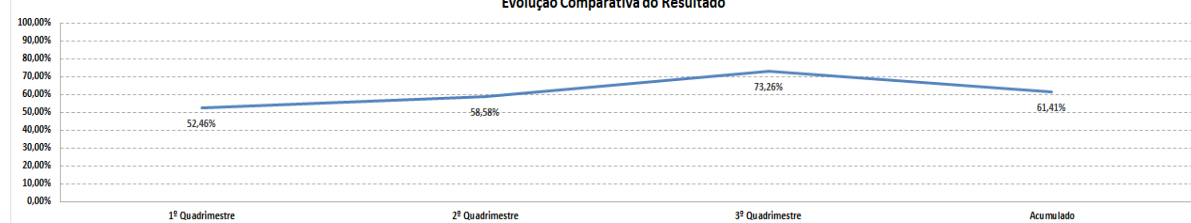
IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.										
UNIDADE ORGANIZACIONAL	SGPCF/ASPLO	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO	X	INDICADOR DE PROJETO		INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO		INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		
TEMA	ORÇAMENTO E FINANÇAS			OBJETIVO ESTRATÉGICO	APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PJERJ					
INDICADOR	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO			PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE	-					
FINALIDADE	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO PAG							CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado	
PERIODICIDADE	Trimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO	X	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE		
FÓRMULA	(Valor executado das ações governamentais) / (Valor total anual disponibilizado)							SENTIDO DE MELHORIA	MM	
META	Executar 80% das ações estratégicas previstas no PAG para cada ano de sua vigência					ORIGEM DOS DADOS	Plano de Ação Governamental - PAG Biênio 2023/2024		UNIDADE DE MEDIDA	Percentual
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	2023	1º Trimestre/23		2º Trimestre/23		3º Trimestre/23		4º Trimestre/23		Resultado no Per.
		7,61%		17,11%		31,09%		51,08%		51,08%
RESULTADOS NO PERÍODO		RESULTADO NO PERÍODO - 4º Trimestre/2023 100,00% 80,00% 60,00% 40,00% 20,00% 0,00% 76,91% 51,08% 80,00% LINHA DE BASE (2022) RESULTADO ATUAL META EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO 100,00% 80,00% 60,00% 40,00% 20,00% 0,00% 7,61% 17,11% 31,09% 51,08% 1º Trimestre/23 2º Trimestre/23 3º Trimestre/23 4º Trimestre/23								
LINHA DE BASE (2022)	76,91%									
RESULTADO ATUAL	51,08%									
META	80,00%									
ANÁLISE CRÍTICA	Admitindo-se como parâmetro um percentual de execução de 20% para cada trimestre, bem como um desvio de 5 p.p. para mais ou para menos, o nível de execução ao final desse 4º trimestre deveria se situar entre 60% a 80%. Através dos dados apurados em janeiro de 2024, com faturamentos atualizados, na sua grande maioria, até o mês de novembro de 2023, depreende-se que o valor total liquidado atingiu o percentual de 51,08% do valor total da dotação prevista para os projetos estratégicos/ações operacionais, não se alcançando, assim, a meta estabelecida de 80%. Ressalta-se que a referida execução é sobremaneira influenciada pela inexecução do Projeto Estratégico Atualização do Parque Tecnológico (continuidade), o qual representa 45,23% do valor total previsto adequado do PAG 2023/2024, em 2023, e apresentou execução de 19,42% em relação ao valor previsto, este influenciado sobremaneira pela inexecução do valor total previsto adequado das ações de Aquisição de Servidores, de Switches e de Solução de Processamento e Armazenamento de Dados; bem como pela execução abaixo da previsão da obra de Construção de Prédios para o Núcleo de Atendimento Integrado - NAI, Vara da Infância e da Juventude - VIJ, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas - VEMSE e do Departamento de Transportes - DETRA. Cabe destacar que a dotação inicial dos projetos estratégicos/ações operacionais era de R\$ 411.465.326,00 sendo adequada ao longo do exercício para R\$ 333.147.519,00, representando, assim, uma redução de 19,03% tendo em vista a atualização nos Planos de Gerenciamento de Projetos - PGP's dos Projetos Estratégicos, bem como da previsão de execução das ações operacionais. A citada adequação dos projetos estretégéticos/ações operacionais foi devidamente aprovada pelo Exmo. Presidente Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, através do Ato Executivo nº 204/2023.Obs: Valores liquidados extraídos do SIAFE-RJ - posição 10/01/2024.									
AÇÕES GERENCIAIS	Os projetos estratégicos/ações operacionais que apresentaram percentuais incompatíveis para o período, continuam a ser observados detidamente por parte da SGPCF-ASPLO.									
Responsável pela emissão do relatório:		Leonardo Pacheco Böhme - 10577131			Responsável (aprovação e divulgação):			Ana Paula Varges - 01/23540		Data: 10/01/2024



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL - 2023 - SGPCF

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

11. ANEXO II – PLANILHAS DOS INDICADORES OPERACIONAIS

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.														
UNIDADE ORGANIZACIONAL		SGPCF - ASTEC	INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO			INDICADOR DE PROJETO			INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO			INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE		
TEMA		Orçamento e Finanças				OBJETIVO ESTRATÉGICO		Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ						
INDICADOR		Índice de Comprometimento da Receita Própria com Despesas de Custeio				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE		-						
FINALIDADE		Acompanhar o comprometimento das receitas com as despesas de custeio das Fontes 1.501.230 e 1.760.232										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO	Acumulado	
PERIODICIDADE		Quadrimestral	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		x	INDICADOR DE DESEMPENHO		INDICADOR DE EFICIÊNCIA			INDICADOR DE EFETIVIDADE			
FÓRMULA		{[(Despesa Liquidada com Custeio no Exercício)/(Receita Própria Realizada no Exercício)]x100}										SENTIDO DE MELHORIA		mM
META		<80%							ORIGEM DOS DADOS		SIAFE - Rio		UNIDADE DE MEDIDA	Porcentagem
EVOLUÇÃO DO INDICADOR	Período	1º Quadrimestre (jan a abr)			2º Quadrimestre (mai a ago)			3º Quadrimestre (set a dez)			Resultado no Per. (Acumulado)			
	Dados	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	Custeio - R\$	Receita - R\$	Comprometimento - %	
	2023	484.539.511,83	923.575.174,44	52,46%	596.706.484,75	1.018.578.769,83	58,58%	689.548.158,04	941.225.863,23	73,26%	1.770.794.154,62	2.883.379.807,50	61,41%	
RESULTADOS NO PERÍODO														
LINHA DE BASE	73,26%													
RESULTADO ATUAL	61,41%													
META	<80%													
ANÁLISE CRÍTICA	As despesas de custeio realizadas com recursos das Fontes 1.501.230 e 1.760.232 têm apresentado crescimento a cada quadrimestre em razão de fatores, como: 1) novas contratações de mão-de-obra terceirizada com acréscimos significativos em comparação às contratações até então vigentes; 2) reajustes praticados nas contratações de serviços; 3) reajustes praticados nos valores dos benefícios pagos a magistrados e servidores, ativos e inativos; 4) aumento do custeio em decorrência de investimentos realizados. No que diz respeito à receita arrecadada nas referidas fontes, no segundo quadrimestre de 2023 houve uma elevação significativa quando comparada à registrada no primeiro quadrimestre. Entretanto, no terceiro quadrimestre verifica-se uma queda em relação ao segundo, o que pode ser explicado pelos movimentos reducionistas promovidos na Taxa SELIC pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil. A Combinação despesa crescente com receita decrescente requer atenção. Ao analisar o período completo observa-se que o índice de comprometimento da receita ainda se encontra dentro da meta estabelecida, mas com tendência de elevação, vide o comportamento crescente registrado nos quadrimestres de 2023.													
AÇÕES GERENCIAIS	É fundamental que se mantenha o monitoramento e controle das despesas de custeio e suas variáveis, por se tratar de uma despesa de caráter continuado, tendo em vista que os números acima enumerados ainda não refletem na sua totalidade as ações aprovadas na atual gestão. A se manter a trajetória de crescimento do índice de comprometimento, ações gerenciais no sentido de contingenciamento de despesas poderão ser necessárias.													
Responsável pela emissão do relatório:		Verônica Sennas da Cunha				Responsável (aprovação e divulgação):		Eliezer Viana de Oliveira				Data:		16/01/2023



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) ANUAL - 2023 - SGPCF

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não controlada.																			
UNIDADE ORGANIZACIONAL		SGPCF/ASTEC		INDICADOR DE OBJETIVO ESTRATÉGICO		INDICADOR DE PROJETO				INDICADOR DE PROCESSO DE TRABALHO				INDICADOR DE OBJETIVO DA QUALIDADE					
TEMA		ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL				OBJETIVO ESTRATÉGICO		MONITORAR A DESPESA COM PESSOAL DO PJERJ.											
INDICADOR		Indicador de Despesa de Pessoal				PROJETO, PROCESSO DE TRABALHO OU OBJETIVO DA QUALIDADE													
FINALIDADE		Monitorar a despesa de pessoal do PJERJ em relação a receita corrente líquida (RCL) do Estado do Rio de Janeiro para que não ultrapasse o limite prudencial de 5,7%.										CRITÉRIO DE ACOMPANHAMENTO		ACUMULADO					
PERIODICIDADE		QUADRIMESTRAL		INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO		X		INDICADOR DE DESEMPENHO				INDICADOR DE EFICIÊNCIA		INDICADOR DE EFETIVIDADE					
FÓRMULA		(DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (últimos doze meses)/ RECEITA LÍQUIDA CORRENTE DO ESTADO (últimos doze meses)) x 100										SENTIDO DE MELHORIA		mM					
META		< 5,7% Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal)								ORIGEM DOS DADOS				UNIDADE DE MEDIDA		R\$			
Execução do Indicador até o segundo quadrimestre de 2023	2021	1º quadrimestre/21				2º quadrimestre/21				3º quadrimestre/21				Resultado no Per.					
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%						
	R\$ 2.768.353.813	R\$ -	R\$ 61.187.437.680	4,52	R\$ 2.760.164.341	R\$ -	R\$ 77.365.111.097	3,57	R\$ 2.766.749.165	R\$ 550.891.029	R\$ 82.455.459.588	4,02	4,02						
	2022	1º quadrimestre/22				2º quadrimestre/22				3º quadrimestre/22				Resultado no Per.					
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%						
	R\$ 2.898.219.787	R\$ 435.174.231	R\$ 91.067.422.329	3,66	R\$ 3.106.455.625	R\$ 327.978.083	R\$ 89.303.759.557	3,85	R\$ 3.345.649.737	R\$ 290.256.161	R\$ 89.631.905.200	4,06	4,30						
	2023	1º quadrimestre/23				2º quadrimestre/23				3º quadrimestre/23				Resultado no Per.					
		DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%	DESPESA LIQ. ATIVOS	DESPESA LIQ. INATIVOS	RECEITA CORRENTE LIQUIDA	%						
	R\$ 3.554.834.002	R\$ 238.542.878	R\$ 88.124.953.387	4,30	R\$ 3.788.392.342	R\$ 391.758.769	R\$ 84.873.412.855	4,93					#DIV/0!	#DIV/0!					
	RESULTADOS NO PERÍODO (%)																		
LINHA DE BASE		4,30																	
RESULTADO ATUAL		4,93																	
META		< 5,70																	
ANÁLISE CRÍTICA		A Despesa Líquida com Pessoal Ativo e Inativo do PJERJ vem apresentando uma elevação a cada quadrimestre em função de alguns fatores, tais como: o reajuste praticado no subsídio dos Magistrados, conforme Lei Federal 14.520, de 09 de janeiro de 2023, que fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal; os reajustes praticados na remuneração dos servidores, conforme Leis Estaduais nº 9.952, de 04 de janeiro de 2023, e 9.436, de 14 de outubro de 2021. Além disso, outras medidas adotadas resultaram no aumento na despesa, a exemplo das novas nomeações, a partir de janeiro de 2023, de servidores aprovados no último concurso público, bem como a incorporação na folha de pagamentos do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores, conforme Lei Estadual nº 9.748, de 29 de junho de 2022. Cabe frisar que, para o cálculo da Despesa Líquida Total com Pessoal, a partir do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2021, foi incluída a Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados, sendo este mais um fator preponderante para o crescimento da despesa. Já no que tange à Receita Corrente Líquida, esta apresentou oscilações ao longo do período em análise, fruto das mais diversas variáveis que a sensibilizam, com destaque para os efeitos provocados pela pandemia da COVID-19. Especificamente no exercício de 2023, foi registrada uma intensa redução nas receitas advindas de Royalties do Petróleo, tendo em vista a queda verificada no preço internacional do barril do petróleo (Brent). Além desse fato, houve, também, perdas na arrecadação do ICMS em decorrência de alterações legislativas em âmbito nacional que estipularam alíquotas reduzidas em determinados itens de consumo, com destaque para os combustíveis. Finalmente, é importante informar que os dados relacionados ao 3º quadrimestre de 2023 só serão divulgados no final do mês de janeiro de 2024.																	
AÇÕES GERENCIAIS		Nota-se que o indicador está em evolução, porém abaixo da meta estabelecida. É fundamental que se mantenha o monitoramento contínuo de todas essas variáveis, principalmente nos quadrimestres imediatamente subsequentes ao último ora evidenciado, e, caso a Despesa Líquida Total com Pessoal siga em evolução sem a devida correspondência na Receita Corrente Líquida, tal fato poderá requerer ações gerenciais no sentido de contingenciamento de despesas com pessoal.																	
Responsável pela emissão do relatório:				Rodrigo Silva da Conceição				Responsável (aprovação e divulgação):				Eliezer Viana de Oliveira				Data:		15/01/2024	